

**CULTURA ESCOLAR, CULTURA DE ESCOLA E SABERES
PEDAGÓGICOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NO COLÉGIO NOSSA
SENHORA DE LOURDES (CAJAZEIRAS, PARAÍBA, 1928-1971)**

Hercília Maria Fernandes

Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal de Campina Grande,
Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

E-mail: hercilia.maria@professor.ufcg.edu.br

Resumo:

A convergência de interesses em torno de uma nova compreensão das instituições formadoras, das práticas institucionais e de seus agentes tem reconfigurado o campo das pesquisas na área da História da Educação. Cabe à História da Educação a capacidade de aprimorar o olhar e problematizar o estabelecido, mediante a incorporação de procedimentos pautados em referenciais teóricos atentos aos processos históricos de constituição dos objetos investigados. Considerada essa breve problematização, o artigo objetiva evidenciar a pertinência das noções conceituais de cultura escolar e cultura de escola, bem como o entendimento de saberes pedagógicos, à investigação e à análise da formação pedagógica de professoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajazeiras, Paraíba), no período de 1928 a 1971, para a docência no ensino de 1º grau – temática da pesquisa em desenvolvimento, em nível de Estágio de Formação Pós-Doutoral, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGE/UFRN). Para tal feito, à luz da História da Educação, História Cultural e História Cultural dos Saberes Pedagógicos, a discussão proposta envolve, igualmente, a tecitura de uma historiografia em torno da formação de professoras no estado da Paraíba e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, da cidade de Cajazeiras, orientada no exame de teses de doutorado e de trabalhos de cunho históricos e historiográficos. Percorridos esses processos, concebe-se a pertinência das noções conceituais e do entendimento de saberes pedagógicos debatidos à formação pedagógica de professoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Palavras-chave: Cultura escolar. Cultura de escola. Saberes pedagógicos. Formação pedagógica de professoras. Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Introdução

A convergência de interesses em torno de uma nova compreensão das instituições formadoras, das práticas institucionais e de seus agentes, conforme reflete a historiadora da educação Marta Maria Chagas de Carvalho (1998, 2007), tem reconfigurado o campo das pesquisas educacionais, especialmente a História da Educação.

Nessa reconfiguração, a História da Educação tem se especializado em uma pluralidade de domínios: história das disciplinas escolares, história da profissão docente, história do

currículo, história do livro didático etc. Especializando-se nessas áreas e embaralhando a demarcação entre história das ideias pedagógicas e das instituições escolares, as investigações no campo da História da Educação “[...] podem dar sólido suporte a uma história cultural dos saberes pedagógicos interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição desses saberes e na materialidade das práticas que deles se apropriam” (Carvalho, 2007, p. 118).

Nessa perspectiva, estabelecer uma maior compreensão aos dispositivos de organização e ao cotidiano das práticas escolares (Carvalho, 2007, 1998), considerando os contextos dos agentes educacionais, assim como incorporar categorias de análise e recortar temas, tais como formação de professores, currículo e práticas de leitura e escrita, “[...] são alguns dos interesses que determinam tal reconfiguração” (Carvalho, 1998, p. 32).

Em observância ao entendimento de Carvalho (1998), concebe-se que cabe à História da Educação a capacidade de aprimorar o olhar e problematizar o estabelecido, historicizando os objetos de estudo, realidade que demanda “[...] na incorporação de procedimentos lastrados em referenciais teóricos atentos aos processos históricos de constituição dos objetos investigados”. Nesse processo, entende-se que “[...] são as perspectivas abertas e as questões lançadas pela chamada Nova História Cultural que vêm redesenhando as fronteiras e redefinindo os métodos e objetos da História da Educação” (Carvalho, 1998, p. 32).

Considerada essa breve problematização, o artigo objetiva evidenciar a pertinência das noções conceituais de cultura escolar e cultura de escola, bem como o entendimento de saberes pedagógicos, à investigação e à análise da formação pedagógica de professoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajazeiras, Paraíba), no período de 1928 a 1971, para a docência no ensino de 1º grau – temática da pesquisa em desenvolvimento, em nível de Estágio de Formação Pós-Doutoral, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN).

Para tal feito, à luz da História da Educação, Nova História Cultural e História Cultural dos Saberes Pedagógicos, a discussão proposta envolve, igualmente, a tecitura de uma historiografia em torno da formação de professoras no estado da Paraíba e no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, da cidade de Cajazeiras, orientada no exame de teses de doutorado (Araújo, 2020; Sousa, 2018) e de trabalhos de natureza histórica e historiográfica (Aquino, 2022; Albuquerque, 2010; Saviani, 2009; Sousa; Sena, 2023; Scheibe, 2012; *et. al*).

Percorridos esses processos, concebe-se a pertinência das noções conceituais e o entendimento de saberes pedagógicos debatidos à formação pedagógica de professoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Cultura escolar, cultura de escola e saberes pedagógicos

De acordo com o historiador francês Dominique Julia (2001), a cultura escolar condiz a um conjunto de formas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar, assim como a um conjunto de práticas que permitem “[...] a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas que são subordinados a finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização” (Julia, 1995, *apud* Barroso, 2004, p. 104).

Nesse sentido, a cultura escolar como objeto e noção histórica está relacionada a um conjunto de normas e práticas que moldam a experiência educacional no contexto das instituições formativas. Para Julia (2001), o estudo da cultura escolar não se limita aos conteúdos ensinados, exige a análise das normas, condutas e finalidades que definem a dinâmica escolar ao longo do tempo.

Nessa perspectiva de entendimento, a cultura escolar pode ser concebida como um sistema complexo composto por vários elementos, quais sejam:

1. Um conjunto de normas que determinam os conhecimentos a serem ensinados (currículo) e as condutas a serem inculcadas nos alunos. Essas normas refletem os objetivos sociais e pedagógicos de cada época.
2. Um conjunto de práticas que concretizam a transmissão de conhecimentos e a internalização de comportamentos, relacionando-se aos métodos de ensino, à organização do tempo e do espaço, aos rituais escolares e às estratégias pedagógicas.
3. Finalidades coordenadas pelas normas e práticas que são orientadas por objetivos que podem variar dependendo do período histórico e do contexto social da instituição (Julia, 2001).

Como objeto e noção histórica, a cultura escolar deve ser investigada levando em consideração não somente as mudanças ocorridas na legislação ou no pensamento pedagógico (Barroso, 2004). Os historiadores da educação devem buscar compreender os elementos que ofereceram sustentação à formação oferecida pelas instituições educativas.

A cultura escolar seria condizente a uma trama de trocas e transferências culturais, que pode ser percebida por meio da análise de objetos materiais, tais como livros, manuais e utensílios didáticos, fontes documentais históricas relacionadas às vivências escolares, assim como a arquitetura dos edifícios. Nessa direção de entendimento, é importante considerar

igualmente, que as vivências formativas também são orientadas por valores e comportamentos sociais específicos.

Combinada à noção de cultura escolar, é pertinente considerar a noção de “cultura de escola”, então refletida por Barroso (2004), que se refere à identidade específica de cada instituição. Em linhas gerais, a cultura escolar é a base institucional e histórica, presente de forma geral nas instituições formativas. A cultura de escola, por sua vez, corresponde à manifestação particular dessas normas e práticas no cotidiano de uma instituição específica. Estabelecendo uma diferenciando às noções:

1. Cultura escolar: compreendendo a Norma e o Sistema, refere-se ao conjunto de normas, valores, conhecimentos e comportamentos que são compartilhados por todas as escolas de um determinado sistema educativo. Sua função é atuar como transmissora de uma cultura específica no processo de socialização nacional das crianças e jovens. A "Forma Escolar" constitui o modelo padronizado que define a organização escolar (horários, currículos nacionais, divisão em turmas, sistemas de avaliação etc.). A aculturação, por sua vez, condiz à concepção da cultura escolar como uma "subcultura", que é capaz de fazer o aluno transitar da cultura familiar para uma cultura global e social, muitas vezes padronizando a linguagem e o conhecimento.
2. Cultura de escola: sendo constituída pela identidade e localidade, a cultura de escola (ou cultura organizacional) é o que torna cada instituição única. É a "personalidade" da instituição. Assim, a cultura de escola se caracteriza pela singularidade construída pelos atores que nela convivem (professores, alunos, funcionários, pais), por meio de suas interações diárias, histórias e tradições locais; pela autonomia como uma dada instituição interpreta as regras gerais e cria suas próprias rotinas e formas de organização; a cultura de participação colabora para que a instituição não seja apenas uma reprodutora de normas, mas um espaço democrático de decisão (Barroso, 2004).

Considerada a distinção entre as noções, na cultura escolar estão presentes dois elementos constitutivos: as normas e as práticas. O “modelo escolar como cultura” se caracteriza, dessa forma, pela permanência e naturalização de um modo uniforme de organização pedagógica. Já a cultura de escola é “[...] a expressão da própria maleabilidade organizativa que resulta do jogo dos atores na definição de suas estratégias e sistemas de ação concreta” (Barroso, 2004, p. 108).

No tocante à pesquisa em desenvolvimento, tratando-se de uma investigação tecida em torno da formação pedagógica de professoras no Colégio Nossa Senhora de Lourdes para a docência no ensino de 1º grau, além das noções de cultura escolar e cultura de escola, é igualmente importante se considerar os pressupostos teóricos e metodológicos da Nova História Cultural, e, especialmente, da História Cultural dos Saberes Pedagógicos.

O entendimento de saberes pedagógicos teorizado por Carvalho (1998), estando diretamente ligado à História da Educação e à Nova História Cultural, exige a análise dos saberes pedagógicos constituídos que são utilizados em diferentes contextos escolares e educativos. Para a historiadora, um saber pedagógico, para além de um conjunto de teorias ou práticas, demanda a compreensão histórica de como esse saber se consolidou como verdade ou modelo a ser seguido.

Uma história cultural dos saberes pedagógicos, nessa direção de compreensão, está interessada na materialidade dos processos de difusão e imposição dos saberes pedagógicos e na materialidade das práticas que deles se apropriam. Assim, as investigações que têm por objeto de estudo os saberes pedagógicos da formação de professoras, a cultura escolar e a cultura de escola, necessitam dar ênfase aos suportes materiais da produção, de circulação e apropriação dos saberes pedagógicos. O que abrange uma pluralidade de impressos de destinação pedagógica (Carvalho, 1998, 2007, 2011).

Para Carvalho (1998), os saberes pedagógicos podem ser sintetizados em três pontos principais. Resumindo-os:

1. Saberes como estratégias de civilidade: os saberes pedagógicos foram historicamente utilizados para "moldar" o indivíduo. Eles não servem apenas para transmitir conteúdos (matemática, história, geografia etc.), mas para instaurar hábitos, comportamentos e valores que a sociedade de cada época considera "civilizados" e, portanto, "ideais".
2. A pedagogia como objeto da história: o saber pedagógico deve ser estudado por intermédio dos seus rastros materiais; incluindo a investigação de manuais escolares e livros didáticos, revistas pedagógicas, configuração do espaço escolar e do mobiliário.
3. Circulação e apropriação: um saber pedagógico não é algo estático que foi importado da Europa pelo o Brasil e passou a ser aplicado fidedignamente. A noção de "apropriação" permite considerar como os educadores brasileiros recebiam teorias estrangeiras (como, por exemplo, a da Escola Nova) e as transformavam e adaptavam conforme as necessidades e as lutas políticas locais.

Nessa perspectiva de entendimento, os saberes pedagógicos constituem um campo em constante disputa, onde diferentes grupos e modelos de ensino competem para se estabelecer. Desse modo, a abordagem proposta por essa historiadora se alinha à Nova História Cultural, que analisa a pedagogia como uma construção que se manifesta por meio de impressos, discursos, práticas, formas de representação e apropriação (Carvalho, 1998).

Nesse sentido, além da investigação das normas e práticas formativas gerais das instituições educativas, convém investigar as representações e as formas de apropriação dos saberes pedagógicos que conferem ao trabalho educativo desenvolvido pelas instituições atributos próprios de identidade escolar. Assim sendo, livros didáticos, revistas, manuais e outros materiais impressos constituiriam ferramentas de grande valor compreensivo para a interpretação dos conhecimentos formais, comportamentos sociais e condutas pedagógicas vivenciados pelas instituições formativas.

A formação de professoras no estado da Paraíba e no Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Cajazeiras-PB)

A formação de professores(as) tem sido um campo fértil para a história e à historiografia da Educação no Brasil. As pesquisas em torno desse objeto reconhecem as Escolas Normais como as primeiras instituições especializadas para capacitar professores ao exercício da docência (Aquino, 2022; Saviani, 2009; Sousa, 2023; Sousa; Sena, 2023; Scheibe, 2012; *et. al*).

Segundo Saviani (2009), a formação de professores(as), no Brasil, atravessa 6 (seis) períodos históricos, quais sejam:

1. De 1827 a 1890: Ensaaios intermitentes de formação de professores. Esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estendeu-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais.
2. De 1890 a 1932: Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais, cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-modelo.
3. De 1932 a 1939: Organização dos Institutos de Educação, cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.

4. De 1939 a 1971: Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais.
5. De 1971 a 1996: Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério.
6. De 1996 a 2006: Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia.

No Brasil, a primeira Escola Normal foi criada durante o período imperial, na cidade de Niterói, província do Rio de Janeiro (RJ), em 1835. A consolidação desse modelo de formação para professores, no Brasil, se efetivou no período de transição do século XIX para o século XX, sendo caracterizado por inúmeras mudanças, entre elas o processo denominado “feminização do magistério” (Sousa; Sena, 2023).

No Nordeste brasileiro, seguindo a trajetória de expansão do ensino normal no território nacional, a primeira dessas escolas foi a de Salvador-BA, instalada em 1836. Posteriormente, é criada a Escola Normal de Teresina-PI, no ano de 1864. Ainda no século XIX são instaladas as escolas de Aracaju-SE, em 1870; de Natal-RN, em 1873; de Fortaleza-CE, em 1878; de João Pessoa-PB, em 1884; e de São Luís-MA, em 1890 (Sousa; Sena, 2023).

No contexto da formação pedagógica de professores, no estado da Paraíba, o padrão formativo de Escola Normal foi instituído em 1884, sendo a instituição instalada ao lado do Liceu Paraibano no ano de 1885, na capital João Pessoa (Aquino, 2022). A criação da Escola Normal da Paraíba se atrela à promulgação da Lei nº 761, de 7 de dezembro de 1883, regulamentada em 30 de junho de 1884. Constituída por dois níveis: de 1º e de 2º graus, e dividida para os sexos masculino e feminino, sua finalidade educativa se vincula a “[...] garantir novos rumos para o ensino primário na província da Paraíba” (Sousa; Sena, 2023, p. 5).

No Alto Sertão da Paraíba, no período de 1928 a 1949, destacam-se 5 (cinco) Cursos Normais destinados à formação pedagógica docente. Na cidade de Cajazeiras, destaca-se o Curso Normal e Ginásial do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (CNSL), criado em 1928. Em Catolé do Rocha, no ano de 1939, foi criado o Colégio Normal Francisca Mendes. Na cidade de Patos, a Escola Normal Cristo Rei (1949). Em Pombal, a Escola Normal Arruda Câmara (1949), vinculada à Paróquia N. S. do Bom Sucesso. E, em Sousa, a Escola Normal/Escola Normal Regional do Colégio São José (1939). Todas essas instituições eram vinculadas a ordens religiosas e de natureza confessional e feminina. Com exceção da Escola Normal de Sousa, que era mista (Aquino, 2022).

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes (CNSL), criado no ano de 1928, pelas religiosas da Congregação das Irmãs do Instituto de Santa Doroteia, atendia ao ensino primário e ao curso normal, em regime de internato, semi-internato e externato. No entendimento de Sousa (2018, p. 18), a clientela do Colégio, tanto em relação ao ensino primário como à Escola Normal, inicialmente denominada Escola Normal Padre Rolim, era formada, basicamente, por “[...] meninas, na maioria das vezes, filhas das famílias mais abastadas de Cajazeiras e região, que buscavam em um colégio religioso a formação pertinente para suas garotas”.



Figura: Antigo Ginásio Escola Normal Padre Rolim.

Fonte: Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Banner).

Nessa perspectiva, foi nesse “[...] contexto de reivindicações e de novas propostas para a educação pública que o CNSL, uma instituição normal confessional, instalou-se em Cajazeiras”. Entretanto, os atributos formativos do Curso Normal oferecido por essa instituição contrariam, em parte, “[...] os discursos e os projetos educacionais, especialmente em torno do escolanovismo, debatidos pelos professores e intelectuais envolvidos com a questão da educação/escolarização no Brasil (Araújo, 2020, p. 89).

Desde o primeiro ano de funcionamento, o CNSL, estudado por Araújo (2020) e Sousa (2018), seguia uma “[...] prática respaldada nos ensinamentos e diretrizes doroteanos, sustentando suas atividades na prática das virtudes, [...] oração, trabalho e recolhimento”. A relação da instrução com Deus deveria ser, dessa forma, “[...] o preceito formador do caráter e da disciplina, por isso, o tempo destinado às orações eram realizados diariamente com orientação e acompanhamento das irmãs” (Araújo, 2020, p. 102).

A missão educativa do CNSL estaria inspirada nas atitudes de simplicidade, firmeza, suavidade, solidariedade e acolhimento ao outro, reforçando o espírito de família, educação e evangelização. No entendimento de Araújo (2020, p. 102), o projeto educativo dessa instituição privada “[...] assumia Cristo como fundamento de todos os valores que unificava e orientava as ações de acordo com o Evangelho, fazendo das bem-aventuranças as normas de suas vidas.

As atividades escolares, nesse sentido, seriam organizadas pelas irmãs doroteias e as alunas deviam cumprir um conjunto de tarefas sob rígidos horários, tais como “[...] liturgias, orações diárias, limpeza, organização dos espaços ao aprendizado de prendas domésticas como bordado, costura e pintura”.

A formação das normalistas deveria seguir o padrão tradicional da época relacionado à cultura escolar e à cultura de escola das instituições confessionais, cujos saberes pedagógicos deveriam incluir a aprendizagem de trabalhos que preparavam as alunas para ser “boas mães”, “boas esposas” e, simultânea e principalmente, “devotas” (Araújo, 2020, p. 103).

Considerações finais

A fim de se evitar uma interpretação reducionista do objeto histórico, é importante considerar que as vivências formativas dos sujeitos no cotidiano das normas e práticas educativas também são orientadas por valores e comportamentos sociais específicos. Assim concebido, combinada à noção de cultura escolar (Julia, 2001), é pertinente considerar a noção de “cultura de escola” (Barroso, 2004), assim como o entendimento de “saberes pedagógicos” (Carvalho, 1998).

Em relação à formação docente na cidade de Cajazeiras (Paraíba), concebe-se a pertinência dessas noções à investigação e à análise da formação pedagógica de professoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no período de 1928 a 1971, para a docência no ensino de 1º grau, haja vista as particularidades históricas de sua constituição enquanto instituição e as especificidades de sua missão formativa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone Formiga. **Práticas de leitura em Cajazeiras PB (1930 a 1950):** memórias de ex-professoras. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARAÚJO, Edinaura Almeida de. **Trajetória Histórica do Colégio Nossa Senhora de Lourdes-Cajazeiras-PB (1928-1961).** 2020. 238 f. Tese (Doutorado em Educação)

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

AQUINO, Luciene Chaves de. A expansão do Ensino Normal na Paraíba (1930-1960). In: **Anais do CONEDU – GT História da Educação...** Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/91179>>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BARROSO, João. Cultura, cultura escolar e cultura de escolar. In: FERREIRA, Antônio Gomes (org.). **Escolas, culturas e identidades** (Comunicações, v. 1). III Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Grafismo M.C., Imprensa Ediliber: Coimbra, 2004.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Chythia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia da Escola Nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação**, v. 30, n. 2, p. 87–104, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuais de Pedagogia, materialidade do impresso e circulação de modelos pedagógicos no Brasil. **Revista Colombiana de Educación**, n. 52, p. 114-135, 2007 (Universidad Pedagógica Nacional Bogotá, Colombia).

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-34, jan./jun. 2001.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SOUSA, Débia Suênia da Silva. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes: culturas escolares em Cajazeiras-PB (1949- 1983)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SOUSA, Pâmella Tamires Avelino de; SENA, Fabiana. A formação das normalistas na escola estadual de Campina Grande (1960-1971). **Educ. Form.**, v. 8, 2023.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil: a herança histórica. **Retratos da Escola**, v. 2, n. 2/3, 2012.

